



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2013/SEMA/MT

PROCESSOS N.º 508743/2013

O ESTADO DE MATO GROSSO, através da **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA**, neste ato representado por seu **PREGOEIRO**, nomeado pelo Ato n.º 13.143/2009, de 14/10/2009/SEMA, publicada no D.O.E. em 14/10/2009, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual n.º 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

O **Credenciamento** que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será **realizado das 14h00min as 14h30min do dia 12 de dezembro de 2013**, sendo sessão aberta neste mesmo dia às **14h30min**, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **Sala de Pregão n.º 05**, Superintendência de Aquisições Governamentais – SAD, situada na Avenida Transversal 01, Bloco C 03, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá – MT.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO - PROCESSOS N.º. 508743/2013

1.1 A presente licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE BARCOS DE ALUMÍNIO, MOTORES DE POPA E CARRETAS PARA BARCOS**, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no **Anexo I – Formulário Padrão de Proposta/Termo de Referência**, que fazem parte integrante deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2 Poderão participar desta licitação as pessoas legalmente constituídas, **sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado.**

2.3 Após o lançamento das propostas, as mesmas serão submetidas a análise do corpo técnico, juntamente com o Contrato Social, e as empresas que apresentarem objeto social incompatível com o objeto da presente licitação serão desclassificadas em ato contínuo.

2.4 Poderão participar desta licitação as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, em plena validade, situações substitutivas das documentações exigidas, conforme dispõe o Decreto Estadual n.º 7.218/06.

2.4.1 Para as pessoas jurídicas não inscritas fica assegurado o direito de apresentarem a Documentação (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica – financeiro e regularidade fiscal) prevista na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para confirmar a sua habilitação.

2.4.2 Em Sessão Pública para as empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT, a confirmação dar-se-á através do portal eletrônico da SAD/MT ou através da apresentação de documento equivalente que confirme a regularidade do cadastro.

2.4.3 Para participação do **PREGÃO**, as licitantes que não estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores e que quiserem se cadastrar deverão providenciar o seu Cadastramento, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data designada para o recebimento das propostas.

2.4.4 As empresas que já estiverem cadastradas no Cadastro de Fornecedores do Estado de Mato Grosso deverão providenciar a revalidação/atualização de documentos inerentes à documentação obrigatória, também **no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

antes da data designada para o recebimento da proposta junto a sua Unidade Cadastradora ou apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão do Pregão.

2.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.5.1. Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

2.5.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a administração pública suspensa, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, será facultado ao pregoeiro fazer diligência para verificação da suspensão ou inidoneidade.

2.5.3. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.5.4. Estrangeiras que não funcionem no País.

2.5.5. Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

2.5.6. Sociedades Cooperativas.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.2. Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o representante da licitante deverá estar munido de:

3.2.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo: a) a respectiva cópia da cédula de identidade autenticada em cartório ou cópia desta com a original ou documento equivalente e comprovado; e b) documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante o Pregão; e c) cópia do Contrato Social ou Estatuto da Empresa acompanhado da última alteração, no qual nesta fase será procedida somente à análise do Contrato Social quanto aos poderes conferidos na respectiva Carta de Credenciamento ou Procuração, devendo ser analisada o Objeto Social somente na fase de apuração de propostas, após o lançamento das mesmas; e d) declaração que cumpre plenamente as exigências quanto a habilitação, conforme Anexo III, tais documentos deverão ser juntados ao processo licitatório.**

3.2.2. Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão estar autenticados em cartório ou com documento original, para conferência “in loco”;

3.2.3. Só serão aceitas cópias legíveis.

3.2.4. Por ocasião do credenciamento, na modalidade pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº. 123/06 deverá apresentar:

I – quando optante pelo SIMPLES nacional:

- a) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;**
- b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.**

II – quando não optante pelo SIMPLES nacional:

- a) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

3.2.5. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento através de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II- Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Contrato Social ou Estatuto da empresa acompanhado da última alteração.

3.2.6. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório e cópia autenticada do contrato social ou estatuto da empresa ou ato de investidura que habilitem o representante, que deverão ser juntados ao processo licitatório**, ao qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo ser analisado nesta fase somente os poderes conferidos ao representante da empresa licitantes discriminado no Contrato Social.

3.3. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes 01 e 02, sendo opacos, lacrados e rubricados no fecho, e acompanhados da Declaração dando ciência de que cumpre(m) plenamente os requisitos de habilitação (**Anexo III**).

3.4. A empresa deverá apresentar no ato de credenciamento uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo VI**).

3.5. Os envelopes 01 e 02, tratados no subitem anterior, aos quais sejam envelope de proposta e habilitação.

3.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

3.7. É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de aquisição.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

3.8. A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

3.9. As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente a Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

3.10. Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

4. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.1. Por força da Lei Complementar nº 123/06, as microempresas - ME e as empresas de pequeno porte - EPP que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

- a)** no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma microempresa ou uma empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada toda a documentação, nos termos do item 8 - Da Habilitação, deste edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b)** como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

4.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

- a)** a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- b)** a nova proposta mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);
- c)** não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes que se enquadrem na alínea b do subitem 4.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- d)** no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no item 4.1., alínea b, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- e)** na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea a, b, c e d do presente subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- f)** o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

5.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

5.3. O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS DO LOTE ÚNICO.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

5.4. O envelope dos “Documentos de Habilitação” deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013/SEMA
RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.

5.5. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **Termo de Referência/modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

6.2. Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação:**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.2.3. Uma única cotação, com preços unitários e totais por item e o valor por lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

6.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

6.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

6.5. As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

6.6. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6.8. Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 13.4 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.9. O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

6.10. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

7.2. No julgamento e classificação das propostas, será adotado o **critério de menor preço por lote**, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

7.3. Abertura dos envelopes de propostas de preços e cadastramento, independente de válida ou não, classificando a proposta de menor preço e devidamente adequada ao edital e todas aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital.

7.4. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 13.4 deste Edital.

7.8. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

7.9. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.10. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT ou documentos de habilitação, para empresas não cadastradas, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

7.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

7.12. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

7.13. Nas situações previstas nos subitens **7.9, 7.10 e 7.12**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

7.14. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

7.15. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

7.16. Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

7.17. Os envelopes contendo os “Documentos de Habilitação” das licitantes remanescentes ficarão à disposição das licitantes na Sala de licitação e somente poderão ser retirados após 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela empresa vencedora. Após 60 (sessenta) dias, caso não retirado, o Pregoeiro procederá à destruição dos envelopes, independentemente de comunicação prévia.

7.18. No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.19. Havendo apenas uma proposta de preços por item ou lote, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

7.20. Nesta fase será realizada a análise do objeto social descrito no Contrato Social das Empresas Licitantes em conjunto com as propostas de preços apresentadas pelas empresas, após o respectivo lançamento das referidas propostas, ao qual as empresas que não possuírem o objeto social compatível com este objeto da licitação serão desclassificadas em ato contínuo.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **de serviços compatíveis, com o objeto desta licitação.**

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedores – CGF/MT.

8.2. As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

8.2.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA DE EMPRESAS DE GRANDE PORTE:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- a) Cédula de Identidade, quando se tratar de empresa individual.
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor acompanhado da última alteração devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, e no caso Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada e, no caso de Sociedade por Ações, Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia de última eleição dos seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado no órgão competente.
- e) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;
- f) A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também:
 - f.1.) o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - f.2.) Documento firmado pela licitante, constituindo seu representante legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.
- g) Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante.

8.2.1.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA DE ME E EPP (ART. 7º, DECRETO Nº. 635/07):

- a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa.

8.2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (PARA EMPRESAS DE GRANDE PORTE E ME E EPP)

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou privada, que comprovem desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, **de produtos compatíveis, com o objeto desta licitação.**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.2.3. DA REGULARIDADE FISCAL:

8.2.3.1. DA REGULARIDADE FISCAL DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br/Grupo2/Certidoes.htm.
- c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, ou expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário.
- d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas “b” e “c”, de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Gerais e Tributos Municipais, emitida pela Procuradoria Geral do Município.
- f) Certidão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a mesma pode ser retirada no site: www.caixa.gov.br.
- g) Certidão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a mesma pode ser retirada no site: www.inss.gov.br.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.2.3.2. DA REGULARIDADE FISCAL DA ME E EPP (ART. 7º, DECRETO 635/07):

- a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

8.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.2.4.1. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DE GRANDE PORTE:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b) Certidão negativa de pedido de falência ou de concordata, expedida pelos cartórios distribuidores da sede da pessoa jurídica, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação.

8.2.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA ME E EPP (ART. 7º, DEC. 635/07):

- a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação;
- b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na junta comercial, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

8.2.5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**Anexo IV**).
- b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).
- c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

8.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

8.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendem viciarem o mesmo. **Sendo que as petições deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçada a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via Sedex, devidamente instruídas (razão social, endereço, telefone para contato e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem).**



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

9.1.2. Não serão aceitas petições (pedido de esclarecimento e impugnação) encaminhadas por e-mail ou fax.

9.2. Caberá ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação.

9.3. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

9.4. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

9.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8666/93.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1. A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

10.1.2. Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas a Comissão Técnica de Pregão, ou por correios, via Sedex;

10.1.3. As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem;

10.1.4. A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3. Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

10.4. Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

10.7. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Coordenadoria de Aquisições e Contratos.

10.8. Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11. DA HOMOLOGAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

11.1. A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.2. Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.4. A CONTRATADA se obriga, nos termos deste Edital, a:

11.4.1. Comparecer no prazo de 05 (cinco) dias para retirada da Nota de Empenho, ordem de fornecimento, e Assinatura do Contrato, contados a partir do recebimento da convocação formal, após a homologação da licitação.

11.4.2. Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

11.4.3. Entregar os materiais solicitados na convocação formal no prazo de **até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento, na Gerência de Patrimônio acompanhada pela Superintendência de Fiscalização**, acompanhados de Nota Fiscal e documentação fiscal exigida pela Lei nº. 8.666/93, atendendo as especificações e quantidades devidamente previstas no presente Edital;

11.4.4. Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas nos campos 9 e 10 do Termo de Referência anexo ao presente Edital;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.4.5. Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues;

11.4.6. Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;

11.4.7. Substituir, às suas expensas, no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

11.4.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

11.4.9. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital;

11.4.10. Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

11.4.11. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

11.4.12. Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo (a) órgão, decairá do direito de entregar os produtos objeto da licitação, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital;

11.4.13. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.4.14. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;

11.4.15. Fornecer garantia do material permanente conforme definido nos Termos de Referências nº. 42/2013, Anexo VII do Edital;

11.4.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e no Anexo VII – Termos de Referência nº. 42/2013.

11.5. A SEMA se obriga, nos termos previstos neste edital a:

11.5.1. Receber o produto adjudicado e emitir ordem de fornecimento, nos termos, dia, hora, qualidade, quantidade, local e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

11.5.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

11.5.3. Os produtos descritos neste certame serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

11.5.4. Todas as Notas Fiscais e/ou Faturas referentes a material permanente deverão conter o atesto do gestor da Gerência de Patrimônio/Superintendência de Fiscalização, ainda que tais materiais estejam embutidos em outro objeto, ou seja, recebidos fora da sede do órgão solicitante, destacando que nestes casos deverá o recebedor do material atestar a Fatura juntamente com o Patrimônio.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.5.5. A Sema designará o Fiscal do Contrato que registrará em relatório as deficiências verificadas na entrega do produto objeto da presente licitação, encaminhando cópias à adjudicatária para a imediata correção das irregularidades apontadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

11.5.7. Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;

11.5.8. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos enviar ao setor demandante – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da publicação do Extrato de Contrato no Diário Oficial do Estado, para fins de controle.

11.5.9. Critérios para Controle dos Produtos:

a) A gestão e fiscalização da entrega dos produtos objeto da presente licitação serão exercidas através de servidor(es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).

b) Ao Gestor do Contrato competem analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.

11.5.10. Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela SEMA cabe, no mínimo:

a) Acompanhar a execução, bem como o controle dos produtos.

b) Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.

c) Notificar a contratada sobre situações irregulares.

d) Fiscalizar a entrega dos produtos, condizentes com a legislação vigente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

11.5.11. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos, para imediata substituição nos termos subitem 11.4.7;

11.5.12. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciar os aditamentos e alterações quando provocado.

11.5.13. Caberá a Gerência de Formalização de Contratos acompanhar e manter sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento.

11.5.14. O produto será recusado e devolvido nas seguintes hipóteses:

- a) Apresentem vícios de qualidade ou impropriedade.
- b) Nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com o contrato.
- c) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste Edital.

11.5.15. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente efetuará o pagamento em até 20 (vinte) dias úteis, após o atesto na Nota Fiscal, comprovando que o produto foi efetivamente entregue e se trata do mesmo objeto deste Edital.

11.5.16. Cabe também à unidade fiscalizadora na questão dos produtos, o acompanhamento pelos saldos contratuais, tanto em questão orçamentária como em quantitativo.

11.6. Aplica-se ainda ao Adjudicatário, por ocasião do fornecimento dos bens as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

11.7. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12. DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. A Entrega dos materiais ocorrerá no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento, na Gerência de Patrimônio acompanhada pela Superintendência de Fiscalização**, acompanhados de Nota Fiscal e documentação fiscal exigida pela Lei nº. 8.666/93, atendendo as especificações e quantidades devidamente previstas no presente Edital;

12.2. A vigência do contrato será de 2 (dois) anos, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, coincidente com o prazo das garantias dos bens objeto do presente certame licitatório.

12.2.1. A Assistência Técnica, em oficinas autorizadas, será de 12 (doze) meses nas cidades de Cuiabá ou Várzea Grande, contados do recebimento definitivo dos produtos.

12.3. Serão pagos apenas os produtos efetivamente entregues comprovados por meio de atesto do setor demandante, ao qual ocorrerá o pagamento por meio de Nota Bancária através do Banco do Brasil S/A, em nome do fornecedor, até o 20º (vigésimo) dia útil.

12.4. O pagamento será efetuado após a Nota Fiscal estar devidamente atestada pelos responsáveis pela fiscalização dos bens (Gerência de Patrimônio e Superintendência de Fiscalização) e acompanhada dos Certificados de Regularidade Fiscal descritos nos Decretos Estaduais nºs. 7217/06, 8199/06 e 8426/06, obedecendo aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº. 01/2007/SAGP/SEFAZ.

12.5. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante Ordem Bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, data fixada de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007, após apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal do contratante;

12.6. A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.6.1. Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

12.6.2. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

12.7. A SEMA efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na Nota Fiscal.

12.8. Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

12.9. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Notas Fiscais/Fatura com a efetiva entrega dos bens objeto deste Edital de Pregão Presencial, devidamente atestados pelo Setor Demandante, acompanhada dos documentos citados no subitem 12.8.

12.10. As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

12.11. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

12.12. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.13. A Nota Fiscal deverá estar em nome da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

12.14. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

12.15. A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

13.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

13.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

14. DA RESCISÃO.

14.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado do Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 323.

Projeto\ Atividade: 4319.

Região: 9900.

Medida: 01.

Tarefa: 01.

Natureza da despesa: 4.4.90.52.00.

Fonte: 109

15.2. As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

16.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2.1. A anulação do procedimento induz a do contrato.

16.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16.3. A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei n.º 8.666/93.

16.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item 13.4 do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

16.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA/MT.

16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.10. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

16.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

16.12. Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo da SEMA, ou correios, via sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

16.12.1. Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: www.sad.mt.gov.br/ Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

16.13. A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

16.14. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

16.15. Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

16.16. São partes integrantes deste Edital:



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta / Termo de Referência.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:
- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
 - Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.
 - Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).
- e) Anexo V – Declaração de Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte –EPP.
- f) Anexo VI - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.
- g) Anexo VII – Termos de Referência nº. 42/2013 elaborado pela Superintendência de Fiscalização.

Cuiabá, 00 de novembro de 2013.

Jefferson Lopes de Souza
Pregoeiro Oficial SEMA/MT – Ato nº. 13.143/2009 - SEMA/MT

Benedito Nery Guarim Strobel
Secretario Adjunto Executivo do Núcleo Sistêmico Ambiental
SEMA/MT



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA/TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão n.º _____ DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ n.º: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE ÚNICO

| Preenchimento para todos licitantes | | | | | | Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004 | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------|-------------------|---|---|--|--------------------------------------|-------------------------------|--|-------------------------------|
| ITEM (01) | ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02) | MARCA/ MODELO (03) | QUAN T (04) | VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05) | VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06) | ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07) | VALOR UNIT. (SEM ICMS) (08) | DESCONT O UNIT. (09) | VALOR TOTAL. (SEM ICMS) (10) | DESCONT O TOTAL (11) |
| 01 | BARCO CONFECCION ADO EM ALUMÍNIO COM NO MÍNIMO 06(SEIS) METROS DE COMPRIMENT O, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05(CINCO) PESSOAS, COM BOCA MÁXIMA DE 1,30M, PONTAL DE NO MÍNIMO 0,53M, | | 05 | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

| | | | | | | | | | | |
|----|--|--|----|--|--|--|--|--|--|--|
| | CALADO DE NO MÍNIMO 0,16M, COM CAPACIDADE PARA MOTORIZAÇÃO DE 15 A 40HP, COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 2,0MM NO FUNDO, SISTEMA DE VEDAÇÃO, COM COMPARTIMENTADO FECHADO PREENCHIDOS COM ISOPOR E PISO CORRIDO ANTI-DERRAPANTE, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO. UNIDADE. | | | | | | | | | |
| 02 | CARRETA PARA TRANSPORTE DE BARCO DE ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO 8 METROS, COM MOTOR ATÉ DE 40 HP COM 2 EIXOS, ARO 13, ESTRUTURA EM METALÃO 80X40MM NAS LONGARINAS DE 50X50MM NAS TRAVESAS, LARGURA DE | | 05 | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

| | | | | | | | | | | |
|----|--|--|----|--|--|--|--|--|--|--|
| | 1.560MM, CAPACIDADE DE MÍNIMA DE 500KG (P.B.T). GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE. | | | | | | | | | |
| 03 | MOTOR DE POPA 40 HP, CARBURADOS , MÍNIMO 2 (DOIS) CILINDROS, 2 TEMPOS, RETIFICADOR, COMANDO NORMAL, GARANTIA TOTAL DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS, ACONDICIONA DO EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃ O DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE. | | 05 | | | | | | | |
| 04 | MOTOR DE POPA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 25 HP, DOIS CILINDROS DE 02 (DOIS) TEMPOS, RPM MÍNIMO 5000 - 6000, TANQUE DE COMBUSTIVEL COM MÍNIMO 25 LITROS, | | 03 | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| SISTEMA DE PARTIDA MANUAL, COM COMANDO NORMAL, COM SISTEMA DE OPERAÇÃO: BRAÇO DE COMANDO, COMBUSTÍVEL À GASOLINA; COM JOGO DE FERRAMENTAS E MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. UNIDADE. | | | | | | | | | |
| TOTAL R\$ | | | | | | | | | |

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: www.sefaz.mt.gov.br - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Papel timbrado da empresa)

À
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 012/2013/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO NO LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr. (a) _____, portador
(a) da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor
_____, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de
prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

***Reconhecer em Cartório**



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA QUE CUMPRE PLENAMENTE
OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declaramos em atendimento ao previsto no item 3.3. do Edital de Pregão n.º 012/2013/SEMA, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

Local e data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de Pregão Presencial N°. 012/2013 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N.º _____, sediada na Rua _____, n.º _____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 012/2013/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei n.º 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar n.º 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA- ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

(papel timbrado da empresa)

Ref: Edital de Pregão Presencial Nº. 012/2013 – SEMA/MT.

Para fins de participação na licitação na modalidade de Pregão Presencial nº. 012/2013, a (o) (nome completo do proponente), CNPJ, sediada na (Endereço Completo), declara sob as penas da lei que é (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso), na forma da Lei Complementar nº. 123, de 14.06.2006.

Local e data.

Nome e identificação do declarante

OBS: A presente declaração deverá ser assinada por representante legal do proponente.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

**Assunto: Declaração Negativa
de Inidoneidade e
Ausência de Fato
Impeditivo para
Licitar com o Poder
Público.**

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

ANEXO VII

| 1- TERMO DE REFERÊNCIA nº 42/2013 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|------------------|-----------|--|-------------|----------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|------------------|-----------|------------|-------------|----------------------|----------------------------------|---|-------|-------------|-----------|--|--|-------------|
| 2- Unidade Orçamentária: 27101 2.1- Programa: 323 2.2- Unidade Gestora: 02 2.3- Região: 9900 2.4- Medida: 1 2.5- Tarefa: 1 | | 3- Classificação da Despesa: (X) Materiais Permanentes () Materiais de Consumo ou Expediente () Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica () Serviços de Terceiro Pessoa Física | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4- Área: Coordenadoria/Superintendência: Coordenadoria de Apoio Logístico | | 5- Unidade Solicitante/Recebedora: Superintendência de Fiscalização | | | 6- Unidade Fiscalizadora/ Fiscal do Contrato: Julio Reiners | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7- Projeto/Atividade, Elemento de Despesa e Sub-Elemento, Valor. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th style="width: 25%;">Projeto/Atividade</th><th style="width: 15%;">Fonte</th><th style="width: 25%;">Elemento e Sub-Elemento de Despesas</th><th style="width: 35%;">Valor (R\$)</th></tr></thead><tbody><tr><td style="text-align: center;">4319/9900</td><td style="text-align: center;">109</td><td style="text-align: center;">44905200</td><td></td></tr><tr><td colspan="3" style="text-align: right;">Custo Total Estimado 2013</td><td></td></tr></tbody></table> | | | | | | | | Projeto/Atividade | Fonte | Elemento e Sub-Elemento de Despesas | Valor (R\$) | 4319/9900 | 109 | 44905200 | | Custo Total Estimado 2013 | | | | | | | |
| Projeto/Atividade | Fonte | Elemento e Sub-Elemento de Despesas | Valor (R\$) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4319/9900 | 109 | 44905200 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custo Total Estimado 2013 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8- Objeto Sintético: Aquisição de barcos, motores de popa e carretas para barcos. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9- Planilha Descritiva do Objeto 9.1 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de Prestação de Serviços: 9.2 - Os campos abaixo serão preenchidos somente em caso de materiais: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><thead><tr><th style="width: 8%;">ITEM</th><th style="width: 32%;">ESPECIFICAÇÃO DO ITEM</th><th style="width: 10%;">CODIGO SIAG</th><th style="width: 10%;">LOCAL DE ENTREGA</th><th style="width: 8%;">QTDE</th><th style="width: 10%;">VALOR UNIT</th><th style="width: 10%;">VALOR TOTAL</th><th style="width: 12%;">PROJETO DE ATIVIDADE</th></tr></thead><tbody><tr><td style="text-align: center; vertical-align: top;">01</td><td style="vertical-align: top;">Barcos de alumínio, 6 metros. BARCO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO COM NO MÍNIMO 06(SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05(CINCO) PESSOAS, COM BOCA MÁXIMA DE 1,30M, PONTAL DE NO MÍNIMO 0,53M, CALADO DE NO MÍNIMO 0,16M, COM CAPACIDADE PARA MOTORIZAÇÃO DE 15 A 40HP, COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 2,0MM NO FUNDO, SISTEMA DE VEDAÇÃO, COM COMPARTIMENTO FECHADO PREENCHIDOS COM ISOPOR E PISO CORRIDO ANTI-DERRAPANTE, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO. UNIDADE.</td><td style="text-align: center; vertical-align: top;">46685</td><td style="text-align: center; vertical-align: top;">SEMA</td><td style="text-align: center; vertical-align: top;">05</td><td></td><td></td><td style="text-align: center; vertical-align: top;">4319</td></tr></tbody></table> | | | | | | | | ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO ITEM | CODIGO SIAG | LOCAL DE ENTREGA | QTDE | VALOR UNIT | VALOR TOTAL | PROJETO DE ATIVIDADE | 01 | Barcos de alumínio, 6 metros. BARCO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO COM NO MÍNIMO 06(SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05(CINCO) PESSOAS, COM BOCA MÁXIMA DE 1,30M, PONTAL DE NO MÍNIMO 0,53M, CALADO DE NO MÍNIMO 0,16M, COM CAPACIDADE PARA MOTORIZAÇÃO DE 15 A 40HP, COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 2,0MM NO FUNDO, SISTEMA DE VEDAÇÃO, COM COMPARTIMENTO FECHADO PREENCHIDOS COM ISOPOR E PISO CORRIDO ANTI-DERRAPANTE, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO. UNIDADE. | 46685 | SEMA | 05 | | | 4319 |
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO ITEM | CODIGO SIAG | LOCAL DE ENTREGA | QTDE | VALOR UNIT | VALOR TOTAL | PROJETO DE ATIVIDADE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 01 | Barcos de alumínio, 6 metros. BARCO CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO COM NO MÍNIMO 06(SEIS) METROS DE COMPRIMENTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 05(CINCO) PESSOAS, COM BOCA MÁXIMA DE 1,30M, PONTAL DE NO MÍNIMO 0,53M, CALADO DE NO MÍNIMO 0,16M, COM CAPACIDADE PARA MOTORIZAÇÃO DE 15 A 40HP, COM ESPESSURA DE NO MÍNIMO 2,0MM NO FUNDO, SISTEMA DE VEDAÇÃO, COM COMPARTIMENTO FECHADO PREENCHIDOS COM ISOPOR E PISO CORRIDO ANTI-DERRAPANTE, GARANTIA MÍNIMA DE 01(UM) ANO. UNIDADE. | 46685 | SEMA | 05 | | | 4319 | | | | | | | | | | | | | | | | |



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

| | | | | | | | |
|--------------------|---|-------------|------|----|--|--|------------|
| 02 | CARRETA PARA TRANSPORTE DE BARCO DE ALUMÍNIO DE NO MÍNIMO 8 METROS, COM MOTOR ATÉ DE 40 HP COM 2 EIXOS, ARO 13, ESTRUTURA EM METALÃO 80X40MM NAS LONGARINAS DE 50X50MM NAS TRAVESAS, LARGURA DE 1.560MM, CAPACIDADE DE MÍNIMA DE 500KG (P.B.T). GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE. | 104316 5 | SEMA | 05 | | | 4319 |
| 03 | Motor 40 HP MOTOR DE POPA 40 HP, CARBURADOS, MÍNIMO 2 (DOIS) CILINDROS, 2 TEMPOS, RETIFICADOR, COMANDO NORMAL, GARANTIA TOTAL DE NO MÍNIMO 02 (DOIS) ANOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. UNIDADE. | 56274 | SEMA | 05 | | | 4319 |
| 04 | Motor 25 HP MOTOR DE POPA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 25 HP, DOIS CILINDROS DE 02 (DOIS) TEMPOS, RPM MÍNIMO 5000 - 6000, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM MÍNIMO 25 LITROS, SISTEMA DE PARTIDA MANUAL, COM COMANDO NORMAL, COM SISTEMA DE OPERAÇÃO: BRAÇO DE COMANDO, COMBUSTÍVEL À GASOLINA; COM JOGO DE FERRAMENTAS E MANUAL DE INSTRUÇÕES; GARANTIA DE NO MÍNIMO 01(UM) ANO, A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. UNIDADE. | 46689 | SEMA | 03 | | | 4319 |
| VALOR TOTAL | | | | | | | R\$ |

10- Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada serviço:

Barcos de alumínio, 6 metros. – barco confeccionado em alumínio com no mínimo 06(seis) metros de comprimento, com capacidade mínima para 05(cinco) pessoas, com boca máxima de 1,30m, pontal de no mínimo 0,53m, calado de no mínimo 0,16m, com capacidade para motorização de 15 a 40hp, com espessura de no mínimo 2,0mm no fundo, sistema de vedação, com compartimento fechado preenchidos com isopor e piso corrido antiderrapante, garantia mínima de 01(um) ano. Unidade.

Carretas para barco alumínio. – carreta para transporte de barco de alumínio de no mínimo 8 metros, com motor até de 40 HP com 2 eixos, aro 13, estrutura em metalão 80x40mm nas longarinas de 50x50mm nas travessas, largura de 1.560mm, capacidade de mínima de 500kg (p.b.t). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.

Motor 40 HP – motor de popa 40 HP, carburados, mínimo 2 (dois) cilindros, 2 tempos, retificador, comando normal, garantia total de no mínimo 02 (dois) anos, acondicionado em embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante. Unidade.

Motor 25 HP – motor de popa, com potência mínima de 25 HP, dois cilindros de 02 (dois) tempos, RPM mínimo 5000 -



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

6000, tanque de combustível com mínimo 25 litros, sistema de partida manual, com comando normal, com sistema de operação: braço de comando, combustível à gasolina; com jogo de ferramentas e manual de instruções; garantia de no mínimo 01(um) ano, a contar da data de entrega do produto. Unidade.

10.1- Do Cadastro da Especificação:

Cadastrado na SAD

(X) sim,

Obs.:

11- Justificativa Técnica da aquisição:

Considerando que nas atribuições da Secretaria de Estado de Meio Ambiente consta à responsabilidade de coordenar, controlar e supervisionar as atividades de fiscalização preventiva e corretiva nos vários segmentos referentes aos recursos hídricos, particularmente naqueles pertinentes a implementação de planos e projetos, na liberação de Licenças Prévias de instalação e operação para todos os empreendimentos que fizerem uso dos mencionados recursos, bem como na supervisão das atividades de pesca. Faz-se necessário prover de estrutura compatível às unidades e os profissionais responsáveis por tais atividades, notadamente na principal ferramenta de trabalho utilizada, tornando imprescindível à realização de Registro de Preços para aquisição de barcos e motores. A aquisição ainda se justifica em atendimento a recomendação do Ministério Público quanto da aquisição desses objetos haja vista a necessidade dessa Secretaria exercer com eficiência a fiscalização da atividade pesqueira e proteger a ictiofauna. O Ministério Público destaca que sendo necessário, poderão, naturalmente, ser utilizados recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente, para aquisição do objeto ora licitado.

12- Resultados Esperados Diretos e Indiretos:

Esta aquisição visa o não comprometimento de nossas atividades que já se encontram em plena execução, bem como as que já se encontram planejadas para serem executadas no decorrer do ano.

13 – Público/ Clientela Alvo:

Em atendimento a SUF – Superintendência de Fiscalização.

14- Data Estimada para entrega do bem e/ou realização do serviço:

14.1- Tipo de Entrega

(X) Imediata () Sob demanda () Mensal

14.2- Periodicidade da entrega:

A entrega ocorrerá em até 30 dias.

14.3- Previsão de desembolso financeiro: UNICO

| Previsão mensal de despesas e desembolso financeiro | | |
|---|-----------------------|-------------|
| Execução da despesa | Desembolso financeiro | Valor (R\$) |
| Novembro | Novembro | |
| TOTAL | | |

15- Endereço de Entrega/Realização do bem e/ou serviço:

Gerência de Patrimônio/Coordenadoria de Apoio Logístico/Superintendência de Fiscalização

Contatos: Helenildo S. Pacheco – 3613-7348

Jucinei Arruda da Cruz – 3613-7334

Julio Reinners – 3613-7394

16- Condições de Pagamento:

O pagamento será efetuado após atesto da Nota Fiscal pela Gerência de Patrimônio/Superintendência de Fiscalização.



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

17– Requisitos para Apresentação da Proposta:

17.1- Conhecimento Prévio

Não se aplica

17.2- Perfil do Profissional

Não se aplica

17.3- Perfil da Empresa

A empresa deverá apresentar 01 (um) atestado de capacidade técnica, compatível ao objeto da licitação, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado (caso o atestado seja emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá obrigatoriamente ser apresentado com firma reconhecida em cartório);

17.4- Plano de Trabalho/Projeto Básico

Não se aplica

17.4.1- Metodologia de acompanhamento

Não se aplica

17.4.1.1- Descrição de ferramentas/arquitetura/tecnologia a serem utilizadas (Em caso de investimento de TI)

Não se aplica

17.4.1.2- Critérios para controle dos serviços

Não se aplica

17.4.2- Descrição do Projeto

Não se aplica

17.4.3- Gerencia das atividades

Não se aplica

17.5- Responsabilidades das partes

17.5.1- Da Contratante

- Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;
- Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas no edital;
- Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- Não haverá sob-hipótese alguma, pagamento antecipado.
- Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no Edital;
- Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- Nomear fiscal do contrato mediante portaria publicada no Diário Oficial, designado para fiscalização;
- Fiscalizar o cumprimento às obrigações da contratada;
- Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos bens fornecidos, para imediata substituição;
- Cabendo a Supervisão de Acompanhamento de Contratos acompanhar os prazos dos contratos, informando aos interessados e providenciando os aditamentos e alterações quando provocado;
- Caberá a Supervisão de Acompanhamento de Contratos manter sob guarda os originais dos contratos, disponibilizando as cópias para a área fiscalizadora de execução e acompanhamento;
- Exercer a fiscalização dos serviços ou o fornecimento dos produtos, por servidores designados.
- Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

segurança;

- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos ou na prestação dos serviços;
- Efetuar os pagamentos devidos, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- Enviar ao fiscal do contrato – cópia do contrato firmado e/ou Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para fins de controle.
- Pagar a importância correspondente aos serviços no prazo contratado.
- Critérios para Controle dos Serviços:
- A gestão e fiscalização da prestação dos serviços serão exercidas através de servidor (es) especialmente designado(s) na forma prevista na Lei 8.666/93 e suas alterações, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência a contratada (Lei 8.666/93).
- Ao Gestor do Contrato competem analisar as regras de negócios, as quantidades e valores a serem contratados de acordo com as disponibilidades orçamentário-financeiras e as necessidades do órgão/entidade.
- Ao Fiscal do Contrato, designado oficialmente pela Sema cabe, no mínimo:
 - Acompanhar a execução, bem como o controle dos produtos.
 - Prestar informações e esclarecimentos ao preposto da contratada, sempre que for preciso.
 - Notificar a contratada sobre situações irregulares.
 - Fiscalizar a entrega dos produtos, condizentes com a legislação pertinente.
- O ÓRGÃO se obriga, nos termos previstos neste edital a:
 - Receber os materiais/produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
 - Efetuar pagamento o qual deverá obedecer aos termos do Decreto nº 4.752, de 06 de agosto de 2002, c/c o Decreto nº 4.747, de 22 de junho de 1994, bem como na conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, após a entrega ou a execução dos produtos/materiais e recebimento da Fatura/Nota Fiscal e devidamente atestado por responsável do ÓRGÃO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em conformidade com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2007-SAGP/SEFAZ, publicada no Diário Oficial do Estado em 25.05.2007.
 - Emitir ordem de fornecimento ou requisição estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
 - Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos bens fornecidos, para imediata substituição;

17.5.2- Da Contratada

- Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da convocação formal;
- Executar o fornecimento dentro dos padrões contratados e estabelecidos pela SEMA, de acordo com a especificação do Edital e proposta apresentada, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;
- Entregar os materiais e/ou produtos solicitados através de requisição ou da ordem de fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias para a cidade de Cuiabá, a contar do recebimento da requisição ou da ordem de fornecimento, na Gerência de Serviços Gerais ou Gerência de Patrimônio – GSG, localizada na Rua C esquina com a Rua F – Centro Político Administrativo – Palácio Paiaguas – CEP 78050/970, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade da ordem de fornecimento, na cidade de Cuiabá do Estado de Mato



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

Grosso, na quantidade, endereço, dia e horário a serem estipulados e descritos na Ordem de Fornecimento, rigorosamente idêntica ao discriminado no edital;

- Zelar pela qualidade dos produtos entregues, conforme especificações contidas nos Campos 9 e 10 deste Termo.
- Responsabilizar-se pelos eventuais danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar ao CONTRATANTE, principalmente em decorrência da má qualidade dos produtos entregues ou dos serviços prestados;
- Manter em dia as obrigações concernentes à Fazenda Pública Federal e Estadual, seguridade social e contribuição ao FGTS, durante toda a vigência deste contrato;
- Substituir, às suas expensas, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da contratante, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Contrato;
- Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do produto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;
- A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições do edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
- O Contrato advindo do presente pregão somente poderá ser celebrado a partir da autorização do Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;
- Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.
- Se a licitante vencedora não cumprir o prazo estabelecido ou recusar-se a retirar a nota de empenho, sem justificativa formalmente aceita pelo(a) órgão, decairá do direito de prestação do serviço adjudicado, sujeitando-se às penalidades dispostas neste Edital.
- Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a SEMA;
- Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
- Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados a SEMA, sobre os produtos ofertados;
- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela SEMA;
- Fornecer garantia do material permanente conforme definido neste edital.
- Durante o prazo de vigência da garantia, a manutenção preventiva e corretiva será prestada pela Contratada, sem ônus para Contratante.
- Os serviços de instalação do objeto da licitação deverão ser prestados pela contratada através de recursos humanos e materiais, sem ônus para a SEMA.
- Oferecer treinamento aos técnicos, para o correto manuseio do material permanente, sem nenhum ônus



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

para a SEMA.

- Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual 7.217/2006 e alterações.

18- Das Garantias:

A garantia mínima para os itens deste termo, não deverá ser inferior a 01 (ano) ano para barcos e carretas e motor 25 hp e de 02 (dois) anos para motor 40 hp, com assistência técnica em oficinas autorizadas por 12 (doze) meses nas cidades de Cuiabá ou Várzea Grande, contados do recebimento definitivo do produto, no local de entrega.

19 – Das Sanções Administrativas:

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

19.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

19.1.1. Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

19.1.2. Quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

19.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

19.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

19.3.1. multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

19.3.2. suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e,

19.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

19.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

19.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

19.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação,



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA DO NÚCLEO AMBIENTAL
COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20 – Legislação aplicada ao objeto/Parecer específico se houver:

21 – Considerações (se houver):

Cuiabá, 10 de setembro de 2013.

| | | | | | | | | | | | |
|--|--|---|--------------------------|--|--------------------------|-------------------------|---|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| <p>Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela elaboração do TR</p> | <p>Maurílio Carlos de Sá Costa Responsável pela Especificação Técnica</p> | | | | | | | | | | |
| <p>Gerente da unidade</p> | <p>Coordenadoria/Superintendência</p> | | | | | | | | | | |
| <p>Atestamos:</p> <table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Não Possui Orçamentário</td></tr></table> <p>Técnico CPLAN</p> | <input type="checkbox"/> | Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA | <input type="checkbox"/> | Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação | <input type="checkbox"/> | Não Possui Orçamentário | <p>Atestamos:</p> <table border="1"><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Existência de Saldo Financeiro</td></tr><tr><td><input type="checkbox"/></td><td>Inexistência de Saldo Financeiro</td></tr></table> | <input type="checkbox"/> | Existência de Saldo Financeiro | <input type="checkbox"/> | Inexistência de Saldo Financeiro |
| <input type="checkbox"/> | Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Não Possui Orçamentário | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Existência de Saldo Financeiro | | | | | | | | | | |
| <input type="checkbox"/> | Inexistência de Saldo Financeiro | | | | | | | | | | |

